

‘Nós Mulheres’ e nossa experiência comum¹

Silvia Camurça²

“Um movimento não consiste apenas em avançar por um caminho, mas em traçar esse caminho; a cartografia da opressão e o desenho da libertação nunca estão terminados”.

Christine Delphy

Em seu instigante artigo – “Para redescobrir o feminismo” - Christine Delphy analisa o difícil contexto que o feminismo enfrenta, nos dias de hoje, na França: “os ataques masculinistas, a reação adversa ideológica, a má vontade política, a repetição insistente do mito da igualdade já conquistada”. Entre as questões organizativas do movimento apresentadas por Delphy, neste artigo, uma tarefa por ela apontada me parece central também para o feminismo no Brasil: a tarefa de “mobilizar as mulheres conscientes de sua força de oprimidas” (Delphy, 2004).

Para ser um texto do séc. XXI, a proposição de Delphy poderia parecer redundante, afinal esta é a razão de ser de todo movimento social. Mas, no caso do feminismo, esta proposição toma uma dimensão de resistência contra-hegemônica. Pois, ao contrário do senso comum e do pensamento pós-moderno, Delphy nos convoca a seguir fazendo feminismo, mobilização e, como muita de nós, reconhece que segue havendo opressão das mulheres. Trata-se mesmo de re-descobrir o feminismo como movimento social.

Se o feminismo instituiu as mulheres como sujeito político (Ávila, 2005), a arena política mantém-se sob controle dos homens e não nos acolhe como tal. Se cada vez precisamos de mais mulheres em movimento, continua sendo necessária a tomada de consciência sobre as novas e velhas formas de dominação das mulheres. É sobre este ponto que pretendo deter minha atenção, a dimensão pedagógica deste desafio político. Sim, pois o feminismo, como todo movimento social, tem um desafio político e pedagógico, o desafio da formação. A tomada de consciência sobre a própria opressão e exploração é resultante, e pressuposto, do processo de formar-se mulher feminista. Sem o que, não há movimento.

Não farei, entretanto, uma discussão sobre métodos de formação. Penso que o desafio maior, hoje, concentra-se no marco teórico referencial para a formação feminista, uma vez

1 Publicado em: Cadernos de Crítica Feminista, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007.

2 Silvia Camurça é socióloga e educadora, integra a equipe do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Atualmente está na coordenação executiva nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras.

que os referentes do feminismo dos anos 1970 foram, há algum tempo, postos em questão. Refiro-me a uma vertente importante da nossa formação – feministas brasileiras – que está ancorada na prática da reflexão coletiva sobre a experiência de ser mulher sob o sistema patriarcal. Nesta proposta a reflexão coletiva, o processo de mobilização e tomada de consciência da própria opressão, realiza-se no encontro de dois vetores principais, ainda que não sejam os únicos. O esforço de elaboração coletiva para uma explicação sobre a situação das mulheres, associado ao esforço de pensar e repensar as formas de ação coletiva do movimento para superar esta situação.

Com este desafio, a práxis educacional feminista confronta-se a cada novo encontro de formação, a cada palestra, vídeo, intercâmbios e literaturas que produz. Um desafio permanente na formação feminista e tão desafiante hoje, quanto nos primórdios do movimento, embora por razões distintas.

No presente, percebo duas questões problematizadoras que desafiam o feminismo em sua práxis educacional. Formulo estas questões nos seguintes termos:

I- Como compreender e interpretar as mulheres em suas singularidades? Em tempos de políticas identitárias é possível tomar as mulheres como uma unidade de análise?

II- Como organizar a ação do movimento frente às múltiplas problemáticas que nós, mulheres, vivenciamos? É possível ao movimento, hoje tão múltiplo, ter unidade em torno a prioridades?

Não tenho as respostas, mas algumas pistas venho amadurecendo e ouso, neste artigo, apresentá-las como possibilidades de respostas. Defendo o uso da categoria mulheres e apresento sugestões para um referencial explicativo comum, seguramente não universal, que podemos adotar para promover a reflexão coletiva sobre o contexto da vida das mulheres no Brasil. Com um referencial explicativo comum, possivelmente poderemos encontrar convergências e pontos de unidade entre os diferentes movimentos de mulheres que fazem o feminismo brasileiro.

As mulheres existem!

Há, pelo menos, duas décadas, o uso da categoria mulher está questionado. Este é o tempo em que reverbera no movimento “a crítica feminista negra ao feminismo branco” (Lovell, 1996). Mas, não apenas esta. Também ecoa a crítica feminista latino-americana ao feminismo do primeiro mundo e a crítica elaborada pelo feminismo lésbico (Curiel, 2003). Por estas críticas, o pensamento feminista das “brancas-heterossexuais-de classe média do primeiro mundo”, foi corretamente denunciado como insuficiente.

A questão chave levantada foi o suposto universalismo da condição da mulher. A teoria feminista, em seus primórdios, desconheceu a diversidade de experiências e situações das mulheres no mundo. Desconsiderou, por exemplo, a relação entre colonização-patriarcado-racismo na América Latina. Desconheceu, também, a heterossexualidade como norma patriarcal. Tudo isso aquele pensamento não alcançou. E, pela contribuição

de feministas negras, latinas e lésbicas, temos, hoje, a confirmação do quanto havia de brechas, lacunas, ausências, naquele feminismo. As mulheres feministas sabem, agora, o que nos diz Delphy, a cartografia da opressão nunca está terminada, nem mesmo agora.

Mais recentemente e por razões variadas, o uso da categoria mulheres também entrou em questão. A própria idéia de auto-organização das mulheres ficou sob ataque. Não são poucas as pessoas que propõem um feminismo misto, de homens e mulheres. Um feminismo desencarnado dos corpos. Outros e outras, dada a diversidade de situações entre as mulheres, concluem pela absoluta impossibilidade, senão a impropriedade, de qualquer generalização sobre as mulheres, que, por suposto, não existiriam como tal.

Se é assim, que fazer então do feminismo, movimento e teoria que assenta-se sobre o conceito de mulheres? Lovell e Curiel nos advertem sobre isto. Para Lovell, abandonar a categoria mulheres é por em risco os conceitos dos quais o feminismo contemporâneo depende (Lovell, 1996). Para Curiel, afirmar as diferenças é fortalecer novo feminismo. Neste sentido, é relevante como estratégia política. Entretanto “o processo de construção dos sujeitos políticos deve ser a reafirmação e, ao mesmo tempo, a desconstrução de identidades” (Curiel, 2003), caso contrário corremos o risco de permanecer na sujeição.

Assim, compreendo que, se por um lado, é preciso afastar tendências essencialistas sobre “a mulher” e o feminino universal e, de outro lado, negar validade a uma identidade homogênea comum a “todas as mulheres”, é preciso, sem dúvida, afirmar as mulheres como identidade política. Estou mesmo firmemente convencida de que segue sendo necessário um movimento de mulheres, formado por mulheres com consciência feminista de sua opressão e exploração e, mais importante, tendo bem identificado os inimigos comuns que sustentam o sistema de dominação. Ou seja, compartilhando uma visão comum sobre a explicação de sua própria condição e compartilhando formas de lutas e articulação.

Na formação feminista estamos sempre às voltas com a discussão da identidade, mesmo quando não a enfrentamos. É que estamos comprometidas com o processo de construção do sujeito político da luta feminista, esta revolução levada adiante por uma imensa massa de corpos políticos construídos pelas mulheres. São movimentos, centros feministas, coletivos, redes, comissões, subcomissões, núcleos, articulações e mulheres, muitas mulheres, milhões de mulheres. É inevitável a pergunta sobre quem sou eu? E quem somos nós?

O feminismo, como sujeito político, se faz somente através das mulheres e de sua movimentação. É imprescindível termos um NÓS MULHERES, a partir do qual é possível analisar o contexto, identificar as contradições, fixar objetivos para esta movimentação. Sem este “nós mulheres” não há como o feminismo seguir sendo um sujeito político com força transformadora. Na formação feminista há, portanto, que se valorizar a reflexão sobre a identidade e experiência das mulheres. Na teoria feminista, precisamos da categoria política “mulheres”. Na luta feminista, deveremos sempre reafirmar nossa identidade política de mulheres “conscientes da sua força de oprimidas”.

A biografia tem sido fundamental para romper com o pensamento conservador sobre as mulheres, mesmo em sua versão essencialista–generosa, aquela que trata as mulheres

como poço de virtudes humanitárias. Para Aspásia Camargo, as biografias e história de vida possibilitariam superar a dicotomia entre determinismo e livre arbítrio e, portanto, a meu entender, enfrentar a dicotomia clássica nas ciências sociais entre indivíduo e sociedade. Nas palavras da própria Aspásia Camargo a biografia “cria um tipo especial de documento, no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica, diluindo antagonismos entre subjetividade e objetividade” (Apud Goldenberg, 2001. p.37).

No feminismo, a biografia tem sido utilizada nos grupos de autoconsciência na forma de LINHA DA VIDA. Trago aqui um pouco desta experiência, porque sua análise, ainda por ser realizada, talvez nos dê pistas sobre a dinâmica de articulação entre subjetividade e historicidade nas práticas de formação, entre unidade e diversidade na formação feminista.

A *linha da vida* é um exercício de produção coletiva de conhecimento sobre a situação das mulheres, realizado com variações no método. No primeiro momento, cada participante recorda os momentos marcantes de suas vidas - elege três mais marcantes e escreve sobre eles. No segundo momento, cada participante conta sua história de vida, enquanto as demais escutam e uma facilitadora registra, em grande papel no chão, para que todas possam ir acompanhando os registros. Uma após outra, as histórias vão se sucedendo e as semelhanças emergindo. Para cada história busca-se, coletivamente, pelos personagens e as situações ou problemáticas vividas, sublinhar elementos da opressão e da exploração também. A etapa final, a de análise, faz-se por comentários de todas sobre os registros, identificando similaridades, levantando interrogações - ou seriam hipóteses? - estabelecendo relações com a experiência e o que nos diz o pensamento crítico feminista.

A produção coletiva da reflexão se faz na articulação entre a biografia individual de cada participante e seu contexto social e histórico. Ali, as pesquisadoras-educandas se percebem mulher, e compreendem o ser mulher como uma experiência socialmente compartilhada e historicamente situada, ainda que seja uma experiência singular para cada uma. Este conhecimento se faz identificando e analisando, coletivamente, as experiências e os significados das práticas sociais que contextualizam esta experiência: formas sociais do lidar com a menstruação e a puberdade nas meninas, a atenção com a virgindade, a solidão vivida no casamento, a exploração do trabalho das mulheres na movimentada vida doméstica, os desafios na busca da autonomia econômica, as injustiças no mundo do trabalho, a dupla jornada.

“Eu era médico, me formei como médico e segui sendo médico até hoje. Agora sei que sou uma médica”. (Depoimento de participante de grupo de reflexão feminista. Recife. Arquivo pessoal, notas de oficinas. 1987).

Dos grupos feministas de autoconsciência, a linha da vida transbordou para as práticas da educação popular feminista. Distintas organizações do movimento de mulheres fizeram muitas linhas da vida em seus processos de formação. Em pequenos grupos e oficinas, no campo e nas cidades. Em grandes grupos, nos encontros nacionais feministas. Muitas linhas da vida. Penso, entretanto, que esta reflexão deva estar orientada para a busca de compreender aquilo, que estando fora de nós e de nossa experiência, explica esta identidade e experiência (Scott, 1999).

A formação feminista é parte essencial do movimento feminista

“A conscientização das mulheres não é um estágio no movimento feminista, mas parte essencial da sua estratégia. Esta conscientização é norteada por princípios políticos que devem conduzir-nos às fontes originais de nossa opressão, tanto históricas, quanto pessoais, e permitir-nos ir até as mulheres, ir até a experiência para formar a teoria e a estratégia de ação. A importância de escutarmos os sentimentos de uma mulher está em analisarmos a situação das mulheres em geral e não em analisarmos a mulher em questão.” (Lima, 1988, p.43)

Na práxis educacional feminista, analisar coletivamente a situação das mulheres faz-se pela troca de experiências e saberes em confronto com o “pensamento pensado” (Collin, 1994) por outras mulheres, sistematizado na forma de teoria feminista. Um processo, portanto, que nada tem a ver com doutrinação ou teoria feminista universal. Mas, tampouco, é um processo espontâneo. A formação feminista exige marcos de referência para o pensar coletivo.

Quais seriam então os marcos que, adequadamente, podem balizar o intercâmbio pedagógico entre o “pensamento pensante” e o “pensamento pensado”? Tenho, para mim, um marco de análise do que é hoje mais relevante para promover a reflexão entre as mulheres brasileiras e latino-americanas na formação feminista. Este marco apoia-se em inúmeras contribuições da teoria feminista, que eu não poderia aqui elencar. Entretanto, é possível apresentá-lo, ainda que de maneira um tanto tosca.

Um primeiro conteúdo é a idéia de que nós, mulheres, somos subjetivamente oprimidas e objetivamente exploradas. Esta idéia, clássica no feminismo, permite-nos explorar a percepção desta dupla dimensão da nossa experiência, permite-nos refletir sobre os elementos simbólicos e os elementos materiais da dominação dos homens sobre as mulheres.

Um segundo conteúdo é a ideia de que esta opressão e exploração são feitas nas relações sociais, e não fora delas. Por isso, a dominação não se faz do mesmo jeito sobre todas as mulheres, varia por classe e, nas sociedades racistas, varia por identidade étnico-racial. A dominação sobre as mulheres também varia em decorrência do contexto histórico. Pensando assim, podemos alcançar a variedade e a complexidade de formas que a dominação toma nas distintas relações sociais, considerar o contexto e determinações decorrentes das relações econômicas e políticas e da cultura política de cada sociedade, comunidade, territórios em que as mulheres se situam.

Parece-me igualmente importante trabalhar com a ideia de que há mecanismos que sustentam o sistema de dominação, através dos quais a dominação se reinventa, reproduz e perdura. Proponho considerarmos quatro mecanismos principais: 1. A prática da violência contra as mulheres para subjugar-las, 2. O controle sobre o corpo, a

sexualidade e a vida reprodutiva das mulheres, 3. A manutenção das mulheres em situação de dependência econômica e 4. A manutenção, no âmbito do sistema político e práticas sociais, de interdições à participação política das mulheres.

A prática da violência é um dos mais antigos e usuais instrumentos da dominação patriarcal sobre as mulheres. A violência é uma ameaça presente no cotidiano de milhares de mulheres que ousam desertar do padrão de comportamento feminino delas esperado. Por isto, é uma prática recorrente e continuada, tanto nos espaços da intimidade, violência doméstica e sexual, como nos espaços públicos.

De igual maneira, é instrumento de dominação o controle sobre o corpo das mulheres. Este controle é expresso na negação de sua liberdade sexual, na limitação a sua autodeterminação reprodutiva, na criminalização da prática do aborto (causa de milhares de mortes de mulheres, todos os anos), na expropriação mercantil do corpo e imagem das mulheres pela indústria da propaganda, da beleza, da moda e do sexo.

Quanto aos mecanismos de manutenção da dependência econômica das mulheres, a ordem social no mundo do trabalho é a questão. O sexismo no mercado de trabalho e a imposição do trabalho doméstico, como tarefa exclusiva ou própria das mulheres, são os dois mecanismos principais. Esta ordem social, no mundo do trabalho, coloca sobre as mulheres a responsabilização exclusiva pelo trabalho doméstico, acarretando a dupla jornada de trabalho, para umas, e levando ao confinamento no ambiente do grupo doméstico, outras tantas.

A naturalização desta divisão do trabalho, que é social, explica a ausência de políticas públicas de estímulo à inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, explica a desproteção social sobre o trabalho das mulheres, oferece as condições facilitadoras para a maior exploração da força de trabalho das mulheres, sendo funcional a esta exploração. Como consequência temos maior tempo de jornada total de trabalho para as mulheres, jornadas de trabalho vivenciada em mais precárias condições, com menores rendimentos que os homens e em situação de desproteção social, sem direitos trabalhistas. No Brasil, 70% da população trabalhadora informal são mulheres.

Por fim, temos o problema da não participação das mulheres nos espaços de poder. As interdições à participação política das mulheres e sua auto-organização não foram superadas no seu todo, como demonstram vários indicadores: a sub-representação das mulheres nos espaços de poder institucional e nas direções de movimentos sociais, a fragilidade das organizações e movimentos de mulheres e a baixa inserção das mulheres nos espaços políticos de decisão sobre a mídia comercial e alternativa, são alguns exemplos. Negar às mulheres o direito à participação ou não enfrentar os bloqueios a esta participação, é manter um mecanismo de submissão das mulheres, pois constituir-se como sujeito político é condição necessária para a mudança na vida das mulheres e para a luta feminista das mulheres por transformação social.

Pensar estes quatro mecanismos do sistema exige-nos o uso das categorias gênero, "raça" e classe. Esta é uma exigência para o feminismo brasileiro, dada a forma como, em nossa sociedade, as relações sociais vieram se estruturando e engendrando a desigualdade pela dominação. Sobre esta base estruturadora, articulam-se múltiplas

outras desigualdades assentadas em preconceitos e discriminação. A hegemonia da perspectiva da heterossexualidade sobre a sexualidade humana é uma delas. A construção social sobre as diferenças de gerações e seu desvalor/valor versus a produção é outra fonte de injustiças. Estes e outros sistemas políticos de discriminação e exclusão apoiam-se e reforçam a desigualdade já estruturada, aprofundando a opressão das mulheres.

Na minha experiência, organizar estes conteúdos na formação feminista tem permitido articular a reflexão sobre a experiência singular de cada mulher com a experiência historicizada das mulheres em conjunto e na diversidade. Permite concretizar reflexões sobre a forma como as desigualdades de classe e o racismo se articulam, através das relações de gênero, e como as desigualdades de gênero são construídas dentro e através da racialização da população e das diferenças de classe. Permite, por fim, operacionalizar na formação, conceitos da teoria feminista tais como: autonomia, direitos sexuais, direitos reprodutivos, dupla jornada de trabalho, divisão sexual do trabalho, paridade na política, entre outros.

Ao operacionalizar elementos teóricos na formação, esta espécie de conteúdos de base que venho adotando tem propiciado muitas reflexões e descobertas sobre os sentidos das prioridades da luta feminista, na medida que possibilita-nos articular uma compreensão, ao mesmo tempo unificadora e multifacetada, da dominação dos homens sobre as mulheres.

A propósito do sistema de dominação

Os estudos em grupo no SOS Corpo neste ano de 2007, permitiram-me conhecer Terry Lovell e, através dela, tomar contato com mais um conceito de patriarcado, a conceituação de Walby. Esta conceituação me pareceu muito boa para completar o referencial que aqui proponho. Transcrevo a citação integral:

[...] Walby (1989), opta pela definição mais inclusiva. Ela caracteriza o 'patriarcado' como "um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres". Todavia, ela faz uma subdivisão em seis categorias: a exploração do trabalho das mulheres por seus maridos; as relações no âmbito do trabalho remunerado; o Estado; a violência masculina; a sexualidade; e, finalmente, a cultura. Como boa socióloga, ela nega qualquer papel à biologia. "Patriarcado pertence totalmente a ordem social". (Lovell, 1996).

Talvez eu devesse iniciar aqui uma discussão sobre as seis categorias que propõe Walby. São categorias de ordens diversas, mesclam instituições com práticas sociais e dimensões da sociedade. Todas, sem dúvida, importantes e, em parte, também apontadas por Joan Scott como dimensões da categoria gênero: a subjetividade, os símbolos, leis e normas, as instituições. Contudo, meu conhecimento superficial de sua contribuição exige que esta tarefa fique pendente. Sublinho apenas, como muito relevante para a discussão que aqui propus, a definição do patriarcado que a autora nos oferece: sistema de estruturas e práticas, no qual os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres. Sistema contra o qual lutam as mulheres feministas.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, Maria Betânia. (2005), Feminismo como sujeito político. In: SILVA, Carmen, Ferreira , Verônica e Ávila , Maria Betânia (org). Mulher e Trabalho. Edições SOS Corpo, Recife, 2005.

COLLIN, Françoise. Textualidade da Libertação, Liberdade do Texto. In: Estudos Feministas, número especial, Rio de Janeiro, CIEC – Escola de Comunicação, UFRJ, out 1994.

CAMURÇA, Silvia M.S. A política como questão, revisando Joan Scotth e articulando alguns conceitos. In: ÁVILA, M. B. (org.). Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

_____. O componente de pesquisa na práxis educacional feminista e as metodologias qualitativas. In: WEBER, S. e LEITHAUSER, T. (orgs.). Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

CURIEL, Ochy. Identidades essencialistas construcción de identidades políticas: el dilema de las feministas negras. 2003. <http://www.creatividadfeminista.org/articulos/fem2003>. Acesso em: 09.05.2007

LIMA, Maria José de. Linha da vida ou grupo de autoconsciência: uma reflexão sobre a ótica feminista. In: RÉGIA, M.; CAMURÇA, S.; OLIVEIRA, E. et all. Como trabalhar com mulheres. Coleção Fazer. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

LOVELL, Terry. (). Feminist Social Theory. In: TURNER, B.S. (org.) The blakwell companion to social theory. Oxford: Backwell Published Ltd., 1996.

SCOTT, Joan W. Experiências. In: SILVA, A.L.; LAGO, M.C.S.; RAMOS, T.R.O. (orgs.) Falas de gênero. Teorias. Análises. Leituras. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.